

-----ACTA N.º 7/2009 -----

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE FERREIRA DO ZÊZERE  
AOS DEZOITO DIAS DO MÊS  
DEZEMBRO DE DOIS MIL E NOVE -----**

----- Aos dezoito dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e nove, na Vila de Ferreira do Zêzere, Edifício dos Paços do Concelho, face à convocatória para o efeito oportunamente remetida nos termos regimentais, reuniu este Órgão, sob a presidência de Luís Ribeiro Pereira, tendo como 1.º e 2.º Secretários, respectivamente, Eurico de Alcobia e Joaquim de Jesus Ribeiro, com a seguinte **ordem de trabalhos:**-----

**Período de Antes da Ordem do Dia:**-----

**1.º Ponto - Período de tempo reservado à intervenção do público, nos termos do n.º 6 do art.º 84.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**-----

**2.º Ponto - Análise, discussão e votação da acta da 1.ª reunião de funcionamento da Assembleia Municipal e da acta da 1.ª sessão extraordinária da Assembleia Municipal.**-----

**Período da Ordem do Dia:**-----

**1.º Ponto - Apreciação da informação escrita apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**-----

**2.º Ponto - Análise, discussão e votação da Participação Variável no IRS nos termos da alínea g) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro,**

alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugada com o artigo 20.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro - Lei das Finanças Locais. -----

3.º Ponto - Análise, discussão e votação da Taxa de Derrama a aplicar nos termos da alínea g) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro conjugada com o artigo 14.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro - Lei das Finanças Locais. -----

4.º Ponto - Análise e discussão da declaração enviada pela Plataforma Nacional pelo Direito a um Pai e uma Mãe.-----

5.º Ponto - Outros assuntos de interesse para a Autarquia nos termos da alínea q) do n.º 1 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- **Presenças:** Distribuída a folha de Presenças aos membros da Assembleia Municipal, verificou-se a presença de vinte dos seus membros, tendo-se registado a ausência dos Eleitos Locais Dra. Isabel do Rosário Baptista, Dra. Flávia Cecília Gonçalves Pereira, Dr. José Manuel Gomes Duarte e Sra. Isabel Maria Serra Costa Mendes. A Mesa considerou justificadas as faltas dos eleitos locais a esta sessão da Assembleia.-----

----- **A Câmara Municipal** fez-se representar pelo Presidente Dr. Jacinto Manuel Lopes Cristas Flores, e pelos Vereadores, Dr.<sup>a</sup> Maria Emília da Silva Figueiredo Benedito, Dr. Filipe Vicente Martins e Sr. Sérgio Manuel Roberto Morgado. -----

----- **Abertura da Sessão:** Eram vinte horas e quarenta minutos quando, verificada a existência de “quorum”, o Presidente da Mesa, nos termos regimentais, declarou aberta a sessão da Assembleia Municipal, cumprimentando todos os membros presentes da câmara municipal, assembleia municipal, comunicação social e público em geral.-----

----- **Período de antes da Ordem do Dia**-----

**1.º Ponto - Período de tempo reservado à intervenção do público, nos termos do n.º 6 do art.º 84.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**-----

----- Não houve intervenções. -----

**2.º Ponto - Análise, discussão e votação da acta da 1.ª reunião de funcionamento da Assembleia Municipal e da acta da 1.ª sessão extraordinária da Assembleia Municipal.**-----

----- Colocadas a votação as actas foram aprovadas por unanimidade. -----

----- **Período da Ordem do Dia**-----

**1.º Ponto - Apreciação da informação escrita apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**-----

----- O eleito local, Sr. Armando Alexandre, interveio e perguntou se a estrada 348 de Ferreira a Castelo do Bode era a estrada da Castanheira. Verificou que as tampas do saneamento, na vila, estão com desnível em relação ao piso, pelo que questionou se o empreiteiro ia corrigir isso. Quanto aos números de polícia perguntou se as freguesias já tinham a informação da atribuição dos números por lugares e se compete à Câmara ou às Juntas de Freguesia colocar os mesmos. -----

----- O eleito local, Dr. Jorge Godinho, no uso da palavra disse que o Presidente da Câmara não estava em estado de graça porque já andava naquelas lides, mas Vviu no relatório coisas que lhe agradaram, nomeadamente os objectivos das unidades orgânicas. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal começou por informar que a estrada referida era a de Vila de Rei. Continuou explicando que a obra, no centro da Vila, não está concluída e que, em algumas zonas, o tapete levou recarga, pelo que as tampas têm que ser escavadas e chumbadas. Quanto aos números de polícia a Câmara faz o estudo, atribui os números no papel e vai informar os munícipes qual vai ser o número da pessoa, colando um autocolante ou na caixa do correio ou na porta onde se vai indicar o nome da rua, o número e o código postal. O mesmo autocolante vai ter algumas regras e chamadas de atenção dos procedimentos a ter. Agradeceu as palavras ao Dr. Jorge Godinho e acrescentou que o executivo está motivado para fazer algumas mudanças. Nas reuniões de Câmara já não há papel, pois a ordem de trabalhos e documentação é enviada por e-mail e tudo é visto via digital. Os objectivos para o pessoal decorrem do SIADAP 3, e o que se refere no relatório é apenas uma pequena parte. A partir de Janeiro já vai estar instalado um novo software de gestão que vai permitir reduzir o papel dentro da Câmara. O correio será despachado digitalmente, as obras serão despachadas virtualmente e irá permitir aos requerentes, possivelmente daqui a um ano, que possam, em casa, saber como está o seu processo, através de uma senha que lhe é entregue quando derem entrada ao processo. A Câmara irá ter também uma ferramenta da IBM, via protocolo a celebrar com a AIRC, que será um pequeno painel de bordo, que será colocado em duas ou três máquinas, e irá monitorizar tudo o que é feito pelos funcionários, e aí saber-se-á qual a taxa de rendimento de cada um e se cumprem ou não os objectivos do SIADAP. Tempo médio de resposta, se demora cinco dias a responder a uma carta quando devia demorar quatro, se responde em quatro dias quando podia responder em oito. Vão saber quem tem o quê e, há quanto tempo, na

secretária. Isto era impensável, mas com este acordo chegarão lá, embora se esteja a falar de cerca de cem mil euros para adquirir essa ferramenta. -----

**2.º Ponto - Análise, discussão e votação da Participação Variável no IRS nos termos da alínea g) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugada com o artigo 20.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro - Lei das Finanças Locais. -----**

-----O Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, disse que lhe pediram para fazer um estudo, mas achou que era desnecessário porque todos iriam perceber o que ia dizer. Quando se fala em reduzir o IRS em 2% estão na realidade a falar em reduzir aquilo a que a Câmara tem direito em 40%. Se se baixar em 1% são cerca de 18.000 € que a Câmara deixa de receber. Este 1% dá para pagar 5.600 refeições às crianças, portanto os 5% a que a Câmara tem direito dá para pagar 28.000 refeições ou seja as refeições todas a 140 alunos durante o ano inteiro. É uma das pessoas que ganha mais no concelho e aqueles 5% representam, para si, menos 300,00 €, pelo que não acredita que baixar o IRS 2% traz pessoas para o concelho. A questão das refeições foi apenas um exemplo para tentar explicar a dimensão do que está em causa. -----

-----O eleito local, Dr. Eduardo Mendes, interveio lembrando que assumiu uma atitude um pouco provocatória e tendo sido um dos instigadores do adiamento deste ponto na sessão anterior pensa que deve dar ali uma explicação da sua atitude e, desmentir o Presidente da Câmara, porque este disse que não fez nenhum estudo mas citou uma série de números na sua explicação. Pensa que era isso que devia ter acompanhado a primeira proposta. Levantava-se-lhe algum problema ético, que não de concordância com a proposta, o facto desta vir do executivo anterior sem que se soubesse qual era a posição do executivo actual sabendo que as pessoas não são as

mesmas. Obviamente sentia-se convencido, congratulou-se com a unanimidade obtida na reunião de Câmara e informou que o seu voto era favorável. -----

----- O eleito local Sr. Bruno Gomes, a respeito deste assunto disse que percebia as palavras do Presidente da Câmara e o argumento utilizado era forte, mas também percebe que o valor, para a Câmara Municipal, com o orçamento que tem, não é nada por ai além. Acredita que se podia ganhar aquele dinheiro em muitas outras coisas ou poupando em muito mais coisas. Aquele valor se for aplicado pelos munícipes também terá os seus frutos. De qualquer forma referiu que ia votar a favor. --- -----

----- Colocado a votação a **Assembleia Municipal deliberou aprovar**, por unanimidade e em minuta, a participação de 5% no IRS dos sujeitos passivos, com domicílio fiscal no Município de Ferreira do Zêzere, para ano de 2010. -----

**3.º Ponto - Análise, discussão e votação da Taxa de Derrama a aplicar nos termos da alínea g) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro conjugada com o artigo 14.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro - Lei das Finanças Locais.** -----

----- O eleito local, Sr. Armando Alexandre, perguntou se havia números totais em relação ao que a derrama dá de receita para a Câmara Municipal. A maioria das pessoas pensam que a derrama dá muito pouco. -----

----- O Presidente da Câmara Municipal respondeu que não tinha números presentes em relação a 2008 mas que da última vez que aplicaram a fórmula estavam a falar de cerca de 40.000,00 euros. -----

----- Colocado a votação a **Assembleia Municipal deliberou aprovar**, por unanimidade e em minuta, o não lançamento de derrama, para o ano de 2010. -----

-----Levantando-se a questão da aprovação das actas em minuta, a **Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, que todas as deliberações do presente mandato sejam aprovadas em minuta.** -----

**4.º Ponto - Análise e discussão da declaração enviada pela Plataforma Nacional pelo Direito a um Pai e uma Mãe.**-----

-----O Presidente da Assembleia Municipal referiu que esteve quase tentado a não agendar este ponto e, em seguida, abriu a discussão.-----

-----O eleito local Sr. Armando Alexandre solicitou o uso da palavra referindo que comungava a opinião do Presidente da Assembleia porque entendia que aquilo estava fora de questão. Por muita importância que o assunto possa ter a lei contempla a situação. É um assunto que não faz sentido estar a ser discutido na Assembleia Municipal. -----

-----O eleito local Dr. Eduardo Mendes entende que as opiniões sobre o assunto são opiniões pessoais, opções de consciência, e que aquele foro não é o local indicado, nem a primeira prioridade para as discutir. Não era hábito na Assembleia, por um simples pedido de uma entidade estranha, agendar-se um assunto, contudo a mesa tem esse poder e não a criticava por isso. Chamou a atenção de que se arriscavam que várias plataformas mandem regularmente pedidos de tomadas de posição. Acrescentou que recebeu um e-mail mas não recebeu declaração nenhuma, no entanto conhece-a, foi subscritor dela, mas é do seu foro pessoal e não é motivo para votação ali. Alertou para o facto de se pretender criar, por proposta do PS, uma igualdade no casamento e então, se os dois casamentos são iguais vai mesmo haver adopção pelos casais homo sexuais.-----

-----O eleito local, Sr. Bruno Gomes interveio dizendo que é um assunto que considera importante. Obviamente Portugal tem muitos mais problemas e deve dar-

lhe mais atenção, mas pensa que Portugal tem que mostrar que é um país actual, moderno, que não discrimina com base na orientação sexual. Também foi de opinião que não fazia sentido aquele ponto estar na ordem de trabalhos. No entanto entende que por vezes escondem-se as coisas pois, existem muitas pessoas que adoptam crianças, que no bilhete de identidade são solteiros ou divorciados, mas que na realidade têm uma orientação sexual diferente e essas crianças têm dois pais o duas mães, o que também não condena. O que lhe mete mais medo é a questão da criança ir para a escola e ouvir os comentários dos colegas. Considera que duas mães ou dois pais podem dar muito mais e melhor educação a um acriança do que muitos pais e mães. Também não faz sentido uma pessoa ter um filho seu, viver com outra pessoa do mesmo sexo e depois se tiver a infelicidade de morrer, o companheiro/companheira não tem nada a ver com esse filho. -----

-----O eleito local Dr. Jorge Godinho a respeito deste assunto referiu que viu, na semana anterior um tribunal no Norte do país entregou uma menina a dois tios. Foi de opinião que lhe chamem o que quiserem, e lhe dêem os direitos que quiserem, mas não lhe chamem casamento. Achava bem que o assunto fosse objecto de referendo. Não põem em dúvida que aquelas uniões não tratem bem das crianças mas não se deve chamar casamento, pois só tem uma noção do que é o casamento. --

-----O 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, disse que a sua opinião coincide com a do Dr. Jorge Godinho pois, para si o que o choca é a palavra “casamento” pois choca-o considerar a união de duas pessoas do mesmo sexo igual aquilo que fez, à união tradicional e milenária. Não tem problemas em que essas pessoas tenham, em termos legais, os mesmos direitos mas não se deve chamar casamento. Não concorda com a adopção por parte dessas pessoas pois os pais são o

espelho dos filhos e pergunta como será a educação sexual que darão a uma criança que esteja com eles.-----

-----A eleita local Dr.<sup>a</sup> Maria da Piedade Graça solicitou o uso da palavra dizendo que o casamento, como é conhecido actualmente, vem do século XVI, na Europa, quando se começaram a organizar aos estados e junto com o casamento vem o património agregado a essa ligação. Parece-lhe que é o património que está ali em causa pois há todo um conjunto de património que pode sair de um agregado familiar e passar para outro. Quanto às crianças acha que estas podem ter uma educação normal dada por dois pais ou por duas mães, porque não lhe parece que elas estejam melhor dentro de instituições, como por exemplo a Casa Pia, do que estando com dois pais ou duas mães. -----

**5.º Ponto - Outros assuntos de interesse para a Autarquia nos termos da alínea q) do n.º 1 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----**

-----O eleito local, Sr. Armando Alexandre, começou por referir que a estrada que liga o lugar de Venda da Serra à freguesia de Pias foi, recentemente, repavimentada e, na passa da quinta-feira foi abordado por moradores de Águas Belas que lhe referiam que da parte de Pias existem entradas particulares que foram alcatroadas, e não acredita que as pessoas tenham pago. Perguntou porque é que não foi feito o mesmo do lado de Águas Belas. Questionou em seguida como é que está a ser gerida a Loja Social, pois foi lá fazer uma entrega e ficou com a impressão que as coisas não estão a ser correctas pois o objectivo da Loja Social é para as pessoas mais carenciadas e, essas pessoas nas freguesias devem ser encaminhadas pelos Presidentes de Junta. Pareceu-lhe que não é isso que está a acontecer e que as

ACTA DE 18 de Dezembro de 2009

peças que estão a beneficiar estão a ir à Loja continuamente e não são aquelas que mais precisam. -----

-----O eleito local, Sr. Bruno Gomes, no uso da palavra perguntou se a estrada que liga a Sicarze à Congeitaria vai ser alcatroada. -----

-----O eleito local, Eng.º Fernando Ideias perguntou o que é que se passa com o loteamento da Matana porque está tudo desprezado. Se a Câmara já tomou posse ou não da urbanização ou se é possível mandar ajardinar a zona do café. Pensa que a Câmara tem poder para intervir nessa situação e a já colocou ecopontos no local, portanto deve estar ciente do que está a acontecer. Questionou também quando é que são colocadas passadeiras junto à urbanização e quando é que os passeios são arranjados. -----

-----O eleito local, Dr. Jorge Godinho, interveio dizendo que foi com agrado que recebeu juntamente com a informação escrita do Presidente da Câmara a cópia das cartas enviadas à Ministra da Saúde e outra ao Ministro da Administração Interna, assim como a resposta do Ministro da Administração Interna. Pediu que, sempre que haja da parte da Câmara diligências para qualquer coisa que essas diligências sejam dadas a conhecer à Assembleia. Em seguida referiu-se à entrega de uma casa, no Bairro Social, a uma família extremamente carenciada. Não sabe quem é a família, mas é uma notícia que também lhe agrada. -----

-----O eleito local, Sr. Armando Alexandre, solicitou de novo o uso da palavra para perguntar de quem é a casa que está situada entre o Mercado Municipal e o estacionamento, pois não tem muito bom aspecto aquele espaço. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal em resposta às questões colocadas começou por explicar que a Câmara não fez entradas nenhuma na estrada que vai da Venda da Serra para Pias. Foi feito um bocado de estrada, pela Junta de

Freguesia, que vai até três ou quatro casas, mas trata-se de caminho público. Nessa mesma estrada o que a Câmara fez foi “adocicar” uma curva que tinha um ângulo muito fechado, e que poderia originar despistes. Na Loja Social é claro que o objectivo é sempre ajudar os que mais precisam, se bem que estes geralmente são os que têm mais vergonha. É obrigação quer da técnica quer dos presidentes de junta sinalizar os casos, quando eles se conseguem sinalizar, porque infelizmente há muita miséria envergonhada. A técnica responsável tem estado de baixa e está-se a trabalhar com voluntariado. A casa junto ao mercado faz parte de um terreno onde vai ser construído um hotel de três estrelas com 45 quartos. O projecto já está na Câmara e serão os proprietários a fazer a limpeza do espaço. A estrada junto ao Carlos das bicicletas também é para alcatroar mas quando houver verba para isso. O loteamento da Matana é de um privado e é este que manda nele. A Câmara não tem interesse nenhum que aquilo esteja com aquele aspecto mas também não em interesse em andar ali a gastar dinheiro. Vai ter uma reunião com o dono da urbanização para negociar uma situação e, vai falar na limpeza daquela zona. As passeadeiras e passeios daquela avenida também estão à espera que haja verba. Quanto à resposta do Ministro da Administração Interna, este não tem coragem de escrever as coisas e, embora tenha dado aquela resposta ficou preocupado. Em consequência disso, tem conhecimento que vão ser enviados para o posto de GNR quatro homens para reforçar o contingente. A família que foi para o Bairro Social era um caso mesmo miserável, estava a viver em condições infra humanas, sem água, sem electricidade e sem esgotos e por unanimidade, em reunião de Câmara, quiseram dar o presente de os pôr numa casa antes do Natal. -----

-----O eleito local; Sr. Agostinho da Cruz, solicitou o uso da palavra e lembrando o que foi dito pelo Sr. Armando Alexandre referiu que no dia anterior

## ACTA DE 18 de Dezembro de 2009

passou a tarde inteira em Ferreira do Zêzere, a tratar assuntos de famílias carenciadas. A Junta da Freguesia do Beco empenha-se muito no apoio à pobreza. A Junta do Beco fez uma habitação de quatro assoalhadas, tendo o terreno sito doado por um particular, para um casal com oito filhos, todos menores. Foi há cerca de vinte anos, os filhos já estão criados, estão todos empregados, e isto deve-se ao facto de terem mudado de vida. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal, retomo a palavra dando algumas explicações acerca do orçamento. Lembrou que esteve de férias para ser operado o que atrasou um pouco a elaboração do documento. Também se trata de um orçamento com uma estrutura nova, pelo menos em termos de nomenclatura, a pensar num orçamento com mais informação, mais fácil de ler. Também não quer fazer um orçamento sem que seja cumprido o estatuto de direito da oposição. Querem apresentar o orçamento acompanhado por um plano de actividades. Ainda faltam nomeações da Assembleia para alguns órgãos como é o caso da nomeação de um Presidente de Junta para o Conselho Municipal de Educação. Será também preciso tomar posição sobre um empréstimo de sete milhões e meio de euros para a Resitejo, de quem a Câmara é associada, que vai fazer um investimento de vinte e dois milhões de euros numa central de tratamento dos resíduos para produção de biogás que se é obrigado a fazer, pois ou se faz este investimento e se cumpre o PERSU ou, então não se faz e é-se penalizado com uma sobretaxa de sete euros e meio por tonelada de lixo. Estão a estudar a situação para o excepcionar do endividamento das Câmaras, porque a esmagadora maioria das Câmaras não tem capacidade financeira ara encaixar este empréstimo, o que não é o caso de Ferreira do Zêzere a quem cabe o valor de setecentos e cinquenta mil euros. -----

ACTA DE 18 de Dezembro de 2009

----- E não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a presença de todos, e deu por encerrada a sessão, pelas vinte e uma horas e cinquenta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada, será assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal.-

Luís Ribeiro Pereira \_\_\_\_\_

Eurico de Alcobia \_\_\_\_\_

Joaquim de Jesus Ribeiro \_\_\_\_\_